

CADERNOS

DE EDUCAÇÃO SOLIDÁRIA

PRINCÍPIO
METODOLÓGICO:
**EQUIPE ESCOLAR
COLABORATIVA**

METODOLOGIAS PARA A

APRENDIZAGEM ATIVA

VOLUME 3

PRINCÍPIO
METODOLÓGICO:
**PARCERIA COM
AS FAMÍLIAS E AS
COMUNIDADES**



ASSOCIAÇÃO IMAGEM COMUNITÁRIA



METODOLOGIAS PARA A **APRENDIZAGEM ATIVA**

VOLUME 3

Belo Horizonte
2020
2a. edição

CONCEPÇÃO DO CONTEÚDO E ELABORAÇÃO DE TEXTOS

Emanuela São Pedro
Karla Damiani
Rafaela Lima

PREPARAÇÃO DE ORIGINALS

Priscila Justina

PROJETO GRÁFICO

Mila Barone

DIAGRAMAÇÃO E ILUSTRAÇÕES

Jéssica Kawaguiski
Mila Barone
Priscila Justina

REVISÃO DE CONTEÚDO
E DE PROVAS

Bárbara Pansardi

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Projeto Tecnologias da Comunicação Educativa –
Universidade Federal de Minas Gerais

M593 Metodologias para a aprendizagem ativa / Associação Imagem
Comunitária. – 2. ed. – Belo Horizonte: AIC, 2020.
32 p. – (Cadernos de Educação Solidária; 3)

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-87808-12-3

1. Educação. 2. Metodologia do Ensino. 3. Capacidades e Habilidades. I.
Associação Imagem Comunitária. II. Título. III. Série.

CDU: 37
CDD: 469.07

SUMÁRIO

1 | INTRODUÇÃO – *pág. 5*

2 | PRINCÍPIO METODOLÓGICO: EQUIPE ESCOLAR COLABORATIVA – *pág. 7*

Ferramenta metodológica | Estratégias para a construção de uma cultura de colaboração entre a equipe escolar – *pág. 8*

3 | PRINCÍPIO METODOLÓGICO: PARCERIA COM AS FAMÍLIAS E AS COMUNIDADES – *pág. 15*

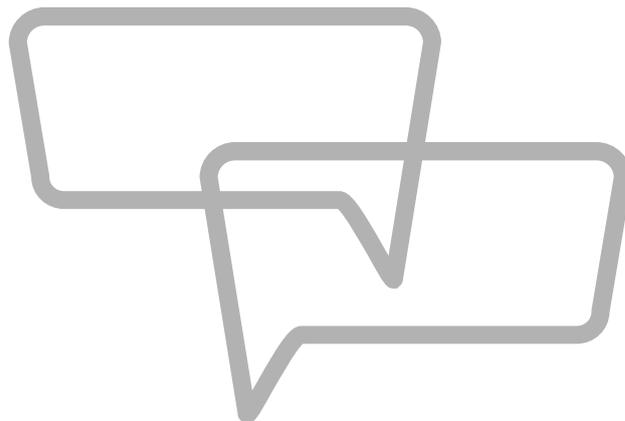
Ferramenta metodológica | Práticas de diálogo com as famílias – *pág. 18*

Ferramenta metodológica | Práticas de diálogo com a comunidade – *pág. 22*

4 | ATIVIDADE SUGERIDA | Sensibilização da equipe escolar para a colaboração e implantação de proposta anual de atividades de diálogo com as famílias e a comunidade – *pág. 25*

5 | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS – *pág. 27*

6 | ANEXO – *pág. 29*



1 | INTRODUÇÃO

Este é o terceiro volume da série de guias didáticos sobre metodologias para a aprendizagem ativa dos Cadernos de Educação Solidária para professores do ensino fundamental 2 e da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Nesse momento, os professores participantes – que são multiplicadores das inovações metodológicas nas escolas – chegam ao terceiro módulo de formação.

A etapa atual é de aprofundamento das inovações em curso. Por isso, a proposta deste caderno é abordar dois princípios metodológicos fundamentais: **equipe escolar colaborativa e parceria com as famílias e as comunidades**. Nosso interesse maior é que, com base em estudos sistematizados sobre tais temas e em situações de aprendizagem que possibilitem sua vivência no cotidiano da escola, possamos avançar ainda mais na construção de práticas educativas dialógicas e que promovam o desenvolvimento integral dos estudantes.

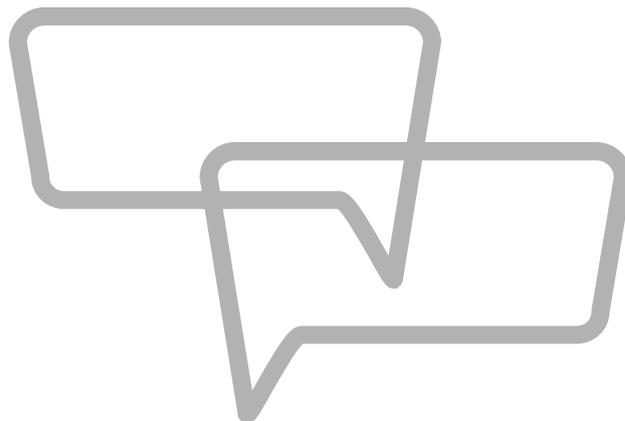
Lembramos que, no terceiro módulo, também será dada continuidade ao desenvolvimento de duas atividades cruciais para a consolidação das metodologias para a aprendizagem ativa nas escolas. Pedimos especial atenção a elas, que são:

Projeto de Vida: sonho que se sonha junto – detalhada no volume 1 do caderno de *Metodologias para a Aprendizagem Ativa*, páginas 35 a 37.

Projetos de Protagonismo Estudantil – detalhada no volume 2 do caderno de *Metodologias para a Aprendizagem Ativa*, páginas 21 a 30.

Enfim, graças ao empenho dos professores multiplicadores, das comunidades escolares como um todo e da rede de ensino, as ações transformadoras se ampliam e se aprofundam. Sigamos investindo nessa construção em prol de melhorias na educação!

Boa leitura e bom trabalho!



2 | PRINCÍPIO METODOLÓGICO: EQUIPE ESCOLAR COLABORATIVA

O que é uma equipe escolar colaborativa

"Colaborar" é um verbo que traz a ideia de trabalhar junto (de um *co-labor*), tendo em vista um objetivo em comum. Vai além de trocar informações, de somar ou combinar esforços e recursos: é no "fazer junto" que reside a força da ação colaborativa – que, como costuma-se afirmar, gera um resultado maior que a simples soma das partes.

Dessa forma, a equipe escolar colaborativa é uma equipe que, reunida em torno do objetivo comum de incrementar continuamente as oportunidades de aprendizagem e de desenvolvimento integral oferecidas ao estudante, constrói e implementa estratégias de ação coletiva para a concretização de tal objetivo.

A especialista no tema Maria Carrilho defende que o trabalho colaborativo da equipe escolar deve se assentar em quatro pilares: diálogo, negociação, mutualidade e confiança.¹ O diálogo é extremamente importante, pois é ele que possibilita que todos expressem e ouçam o que os demais têm a dizer sobre seus posicionamentos, impressões, inquietações e ideias, de modo que se construa uma compreensão mútua entre os membros da equipe. A partir do diálogo, dá-se a negociação de objetivos, formas de trabalho e estratégias de atuação em comum. Já a mutualidade, ou ajuda mútua, é o elemento que torna possível que as pessoas trabalhem juntas no enfrentamento dos desafios e na construção de soluções. Por fim, mas nem por isso menos importante, está a confiança, que diz respeito à disponibilidade para ouvir e valorizar

¹ CARRILHO, Maria Rosária Ferreira da Silva. *Trabalho colaborativo entre professores e inovação educacional: contribuições da investigação*. 2011. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação – Inovação e Mudança Educacional) – Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Viana do Castelo, 2011.

o outro, estabelecer trocas e processos de cocriação com os demais, desenvolver um sentimento de pertencimento ao grupo.

Para Paulo Freire, um dos mais importantes pensadores da educação no Brasil, a colaboração é um compromisso, firmado pelos sujeitos, de construir juntos a realidade, assumindo-se como protagonistas de sua história e buscando um diálogo autêntico entre si. E, para Freire, o diálogo autêntico é um gesto fundamental de reconhecimento do outro e reconhecimento de si, no outro.²

Trazemos essa reflexão de Freire para ressaltar que, no contexto escolar, uma equipe que decide atuar de forma colaborativa toma para si o papel de protagonista da construção de uma proposta de ação educativa em comum. Esse protagonismo, baseado na disposição de dialogar num contexto de diversidade, é essencial.

Diversos autores destacam a importância da colaboração no âmbito das equipes escolares. Norwich e

Daniels afirmam que o engajamento ativo em propostas coletivas, criando uma cultura de trabalho colaborativo, é um elemento chave para a superação dos desafios que fazem parte do cotidiano das atividades de ensino.³ Tais autores defendem que educar é uma tarefa complexa, que não pode ser realizada se os profissionais da educação atuarem de forma isolada.

A colaboração enriquece a prática dos integrantes da equipe escolar, que têm a oportunidade de partilhar experiências com os outros, combinar saberes e habilidades, experimentar novas estratégias e propostas. Maria Carrilho advoga que as mudanças construídas na escola por meio do trabalho colaborativo são mais duradouras, pois a equipe como um todo se implica no trabalho, discute aberta e reflexivamente as suas dificuldades, ansiedades e necessidades, bem como as estratégias, mudanças e soluções a implementar. São mudanças sólidas, pois são as mudanças que os próprios professores e funcionários consideraram necessárias, e não aquelas que outros decidiram por eles sem os ouvir.

FERRAMENTA METODOLÓGICA | Estratégias para a construção de uma cultura de colaboração entre a equipe escolar

Uma equipe escolar é constituída por professores, gestores e outros funcionários da escola. Mas o que é necessário para que esse conjunto de pessoas que

trabalham juntas se constitua uma equipe colaborativa? Apresentamos, a seguir, alguns elementos que podem nos ajudar a responder a essa pergunta.

Estrutura de funcionamento: gestão democrática e compreensão dos papéis

Para unir esforços e atuar em conjunto, é preciso que cada integrante da equipe escolar saiba qual é a estrutura de funcionamento da escola e, ainda, qual é o seu papel nessa estrutura. Isso é essencial para evitar confusão e sobreposição de papéis e para que haja um entendimento compartilhado de como a escola funciona e de como todos os integrantes se combinam para tornar esse funcionamento possível.

A pesquisadora Rafaela de Oliveira Souza, a partir de um levantamento bibliográfico sobre o tema da gestão escolar, afirma que

[...] toda instituição escolar possui finalidades e determina papéis e responsabilidades entre seus segmentos. Para garantir a gestão democrática, faz-se necessário organizar uma estrutura de ordem interna, no sentido de definir e dispor de funções que assegurem o funcionamento da escola. Essa estrutura é, geralmente, representada graficamente por um organograma.⁴

A autora explica que o organograma é uma representação das instâncias de tomada de decisão e de

2 Ver o prefácio a FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

3 NORWICH, Brahm; DANIELS, Harry. Teacher support Teams for special educational needs in primary schools: evaluating a teacher-focused support scheme. *Educational Studies*, v. 23, n. 1, p. 5-24, 1997.

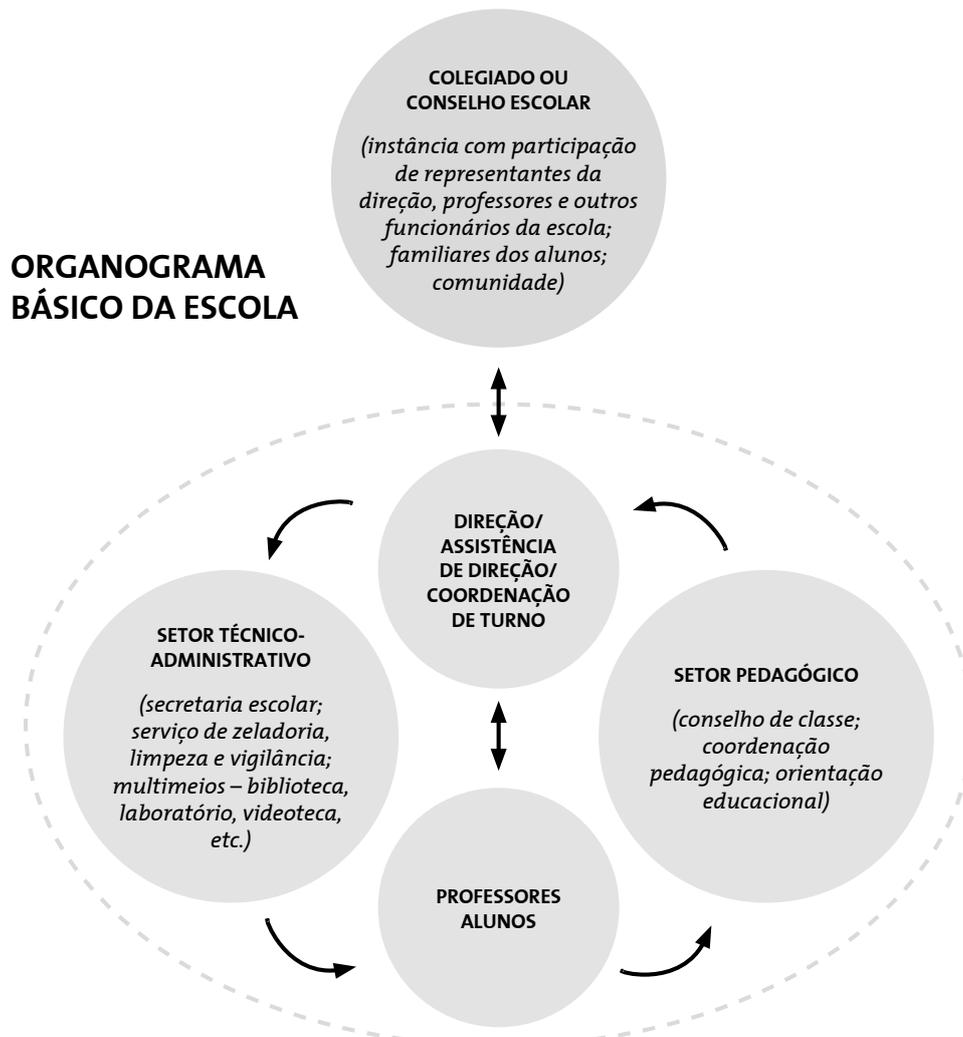
4 SOUZA, Rafaela de Oliveira. O sistema de organização e gestão da escola pública. *Revista Gestão Universitária*, Vila Velha, n. 309, out. 2012. Não paginado. Disponível em: <<https://goo.gl/ocqU5t>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

operação da escola, das inter-relações entre tais instâncias e das funções exercidas pelas pessoas que nelas atuam. E chama a atenção para a necessidade de que essa estrutura escolar seja bem desenhada e compreendida, porque “as instituições escolares têm objetivos, planos e projetos e, para atingi-los, é necessária uma ação coordenada, mediante processos e normas, para que o sistema funcione”.⁵

Isso não significa que seja necessária uma estrutura burocrática e definida “de cima para baixo”. Ao contrário: Rafaela Souza defende que a forma de organização da escola pode e deve ser construída de forma democrática pela comunidade educativa, envolvendo os professores, os alunos e os familiares nos processos de tomada de decisão. “Esta sim parece ser uma gestão e organização escolar de forma consciente, onde todos podem fazer parte e tomar decisões coletivas

em busca de objetivos comuns assumidos por todos”, afirma.

Assim, considerando a perspectiva democrática e as diretrizes legais, um fluxo de organização básico da escola pode ser representado da seguinte forma.



5 SOUZA, Rafaela de Oliveira. O sistema de organização e gestão da escola pública. *Revista Gestão Universitária*, Vila Velha, n. 309, out. 2012. Não paginado. Disponível em: <<https://goo.gl/ocqU5t>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

É importante que a equipe escolar, liderada pela direção e em consonância com a legislação e com as diretrizes da política de ensino, construa o seu organograma e, ainda, registre o seu entendimento acerca da função e dos objetivos de trabalho de cada uma das instâncias que constituem a estrutura de

gestão e funcionamento da escola (no exemplo anterior: Colegiado ou Conselho Escolar, Direção, Setor técnico-administrativo, Setor pedagógico, Coletivo de professores, Coletivo de alunos). Também é importante definir as funções das pessoas da equipe escolar dentro dessas instâncias.

O COLEGIADO OU CONSELHO ESCOLAR

No exemplo de organograma básico apresentado na página anterior, tem destaque uma instância: o grupo constituído por representantes de toda a comunidade escolar, das famílias e da comunidade, que deve dialogar sobre e participar das decisões referentes às diretrizes de ação da escola. Esse grupo, que geralmente é chamado de Colegiado Escolar ou de Conselho Escolar, é uma determinação da legislação educacional: a Resolução nº 2.958 da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG), de 29 de abril de 2016, regula a criação dos Colegiados em Minas. Mas é muito importante que esse grupo de apoio à gestão da escola, constituído por pessoas de todos os segmentos ligados a ela, seja criado e funcione não apenas para cumprir a lei, mas para garantir a participação plural no debate dos assuntos estratégicos da instituição – o que é essencial para a construção efetiva da gestão democrática da escola.

O Colegiado ou Conselho conta com representação dos alunos, dos familiares ou responsáveis pelos alunos, dos professores e demais funcionários, da direção escolar e da comunidade local. É eleito por votação envolvendo toda a comunidade escolar, tem mandato de três anos e deve se reunir todos os meses, para discutir e tomar decisões acerca de assuntos relacionados à melhoria contínua da escola.

Quanto à função, segundo a Resolução nº 2.958 da SEE-MG, essa instância, por ser representativa de toda a comunidade escolar, tem o poder de deliberar sobre “decisões relativas às normas previstas no regimento escolar, aos processos educativos, às diretrizes pedagógicas, à gestão de pessoas”. Deve, ainda, participar da “análise de questões de interesse da escola, propostas pelos diversos segmentos da comunidade escolar, e apresentação de sugestões para a solução das referidas questões”.

Segundo o *site* da Secretaria de Estado de Educação da Bahia dedicado ao tema,

o colegiado [ou conselho] pode discutir o processo e os resultados da aprendizagem obtida pelos estudantes, aconselhar ou apoiar a equipe gestora nas questões pedagógicas e administrativo-financeiras, acompanhar e avaliar as ações e projetos desenvolvidos pela escola, além de ser essencial na mobilização, principalmente, de outros estudantes e das famílias para assumir a educação como um bem familiar e social.

Quando o colegiado [ou conselho] participa efetivamente da gestão escolar, amplia-se o diálogo com a comunidade, combatem-se as práticas autoritárias, criam-se variadas oportunidades de fortalecer o vínculo e integração entre a escola, a sociedade e o território, convergindo para a contextualização de um currículo escolar focado no sucesso do estudante como cidadão.⁶

Consideramos essencial que a equipe escolar colaborativa tenha sua atuação baseada no princípio da gestão democrática. Por isso, ela deve ter como uma de suas metas garantir o funcionamento efetivo de um grupo plural de apoio à gestão da escola, constituído por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar (direção, professores e outros funcionários da escola, familiares dos alunos e pessoas da comunidade do entorno da escola). É fundamental que esse grupo seja mobilizado pela direção escolar permanentemente, e que se reúna periodicamente para discutir e tomar parte na decisão dos assuntos estratégicos, tais como: os princípios do trabalho educativo, a definição de metas e de estratégias para a superação dos desafios de aprendizagem dos alunos, o planejamento e a avaliação das ações e dos projetos realizados pela escola.

6 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. Colegiado escolar. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/bqyku5>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

Práticas colaborativas

A pesquisadora Magda Floriana Damiani faz um apinhado de contribuições teóricas sobre o tema da colaboração na escola e destaca que, ao colaborar, as pessoas envolvidas reconhecem o que sabem, o que os outros sabem, e o que todos não sabem – passo essencial para que o grupo busque a superação de seus limites e para que todos aprendam, ao compartilhar saberes, experiências e pontos de vista.

Ela chama a atenção para o fato de que, quando um problema é abordado por um grupo que atua em real colaboração, ampliam-se as possibilidades de análise crítica de tal problema, de construção de possibilidades de resolução, de tomada de decisões assertivas e de implementação de ações efetivas.

Diversos estudos (destacados por Ávila de Lima e Fialho)⁷ apontam que as escolas avaliadas como eficazes geralmente contam com equipes que atuam regularmente de forma colaborativa. Também mencionam que, no sentido oposto, escolas ineficazes muitas vezes são instituições marcadas por relações disfuncionais entre colegas, pouca comunicação, divergências quanto aos objetivos da equipe e baixos níveis de cooperação.

No que diz respeito ao trabalho dos professores, a atuação colaborativa também ganha especial relevo. Ela pode enriquecer a maneira de o professor pensar, agir e resolver problemas, ampliando as possibilidades de sucesso da complexa tarefa pedagógica. Entretanto, historicamente, a profissão docente é vista como solitária: cada um assumindo sozinho a ação em sua sala de aula. Esse isolamento é reforçado por fatores como a arquitetura das escolas (com poucos espaços integradores), a estrutura das grades de horário, a sobrecarga de trabalho.

Magda Damiani indica que, no dia a dia da escola, os professores estão, na maior parte do tempo, dispersos. A pesquisadora pontua que, ainda que haja momentos de organização, como encontros nas salas de professores, conselhos de classe, grupos que trabalham com as mesmas disciplinas ou horários de trabalho pedagógico coletivo, esses momentos acabam não cumprindo uma função integradora. Eles “acabam sendo utilizados [pelos professores] muito mais para a realização de atividades burocráticas e resolução de problemas emergenciais do que para criar um espaço para reflexão, planejamento e transformação de sua prática educacional em atividades humanizadoras para si mesmos e para seus alunos”.

É preciso reverter essa tendência. Mas como fazer isso? Para Magda Damiani, o caminho é o sentido do *co-labor*, de trabalhar, produzir, desenvolver em conjunto atividades tendo em vista determinado fim relacionado ao incremento da ação educativa. Afinal,

ao trabalharem juntos, os membros de um grupo se apoiam, visando atingir objetivos comuns negociados pelo coletivo, estabelecendo relações que tendem à não-hierarquização, liderança compartilhada, confiança mútua e corresponsabilidade pela condução das ações.⁸

Ou seja, nada mais efetivo para a construção da colaboração na escola do que construir práticas em que os integrantes da equipe, juntos, “coloquem a mão na massa” – isto é, é preciso desenvolver ações coletivas que dependam do trabalho colaborativo para serem implantadas.

A seguir, apresentamos uma série de sugestões de práticas que concretizam, no dia a dia da escola, o ideal da equipe escolar colaborativa.

Momentos de planejamento e avaliação em conjunto

Toda a equipe, liderada pela direção e em diálogo com o Colegiado ou Conselho Escolar, deve estabelecer

metas anuais para a escola: identificar quais são os principais desafios enfrentados na promoção da

7 ÁVILA DE LIMA, Jorge; FIALHO, Adolfo. Colaboração entre professores e percepções da eficácia da escola e da dificuldade do trabalho docente. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Coimbra, v. 49, n. 2, p. 27-53, 2015.

8 DAMIANI, Magda Floriana. Entendendo o trabalho colaborativo em educação e revelando seus benefícios. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 31, p. 213-230, 2008. p. 213-214.

aprendizagem e do desenvolvimento dos alunos, traçar estratégias para o enfrentamento de tais desafios, estabelecer metas e um plano de ação (com atividades, grupos de trabalho responsáveis por desenvolver as atividades e prazos). Esse plano de ação deve ser continuamente revisto pela equipe escolar, em encontros periódicos (no mínimo, bimestrais) de avaliação do que foi realizado, resultados alcançados, ajustes necessários.

É importante destacar que o plano deve prever ações a serem empreendidas por toda a equipe: do pessoal da limpeza às cantineiras, funcionários administrativos e

professores, entre outros. Afinal, como destaca artigo da revista Nova Escola sobre o assunto, “todos têm de se orgulhar de seus trabalhos e se reconhecer como participantes da aprendizagem dos estudantes, pois quem está em uma unidade escolar é um educador por excelência”.

Outro ponto importante a ser observado é o do clima de acolhimento e diálogo nas reuniões de planejamento e avaliação. Para que as pessoas se sintam à vontade para fazer críticas, dar sugestões ou falar de suas inquietações, elas precisam acreditar que o que dizem é ouvido e valorizado.

Diagnóstico e desenvolvimento de soluções para os problemas do cotidiano

É importante que as reuniões de equipe não deem espaço apenas para informes e combinados burocráticos e administrativos. Elas precisam abrir espaço para que as pessoas falem de suas inquietações e dos problemas que identificam em seu cotidiano e para que, a partir desse compartilhamento, sejam criados grupos de trabalho que se dediquem a diagnosticar e construir soluções para os problemas do cotidiano da escola.

São alguns exemplos de questões que podem ser abordadas pelos grupos de trabalho: qual é o perfil

socioeconômico e cultural do aluno da escola e como aproximar as práticas de ensino do contexto desse aluno; o que professores, alunos e familiares consideram um “bom ensino” e como chegar num entendimento comum e em propostas concretas para esse ensino de qualidade; identificação de temas de interesse dos estudantes e construção de modos de abordagem de tais temas nas aulas, para ampliar o engajamento dos mesmos; como melhorar a comunicação com os familiares e envolvê-los mais nas dinâmicas educativas, etc.

Docência em conjunto

É preciso criar soluções para o problema do trabalho isolado do professor. Afinal, a abordagem fragmentada do conhecimento é um dos grandes entraves para a concretização do ideal da educação integral. Além disso, a ação isolada desmobiliza: faz com que o professor, muitas vezes, sinta-se impotente frente a problemas complexos. A criação de soluções para este problema passa pela ideia de docência em conjunto.

A docência em conjunto – ou seja, a ideia de que as aulas ministradas devem ser construídas em colaboração com outros professores – pode ser buscada em várias ações no dia a dia. Alguns exemplos: *planejamento conjunto de aulas* (de modo a alinhar e combinar métodos de ensino e de pesquisa a serem adotados em comum; buscar formas de abordar, em diferentes disciplinas, conhecimentos que são complementares; desenvolver projetos de pesquisa inter-disciplinas); *tutoria mútua* (situação em que professores combinam

um processo de observar, avaliar e contribuir com as práticas didáticas das aulas uns dos outros, identificando pontos de melhoria e sugerindo formas de incremento de tais práticas); *discussão de boas práticas de ensino* que estejam desenvolvendo e de como multiplicá-las na escola; desenvolvimento de ações,

comuns a todas as disciplinas, *para ampliar as competências leitora e escritora* dos alunos; desenvolvimento de estratégias, comuns a todas as disciplinas, *para avaliar as aprendizagens dos alunos*, buscando metodologias e instrumentos além da tradicional prova; entre outras possibilidades.

Ações formativas

Para os profissionais da educação, a necessidade de formação continuada é pungente. É necessária constante atualização acerca de temas os mais variados, como metodologias de ensino, avanços nos campos do conhecimento científico, tecnologias aplicadas à educação.

A colaboração também é um meio de assegurar oportunidades formativas para a equipe escolar. Ela pode se dar de diferentes formas: no *levantamento*

de demandas de formação da equipe e de possibilidade de *viabilização de cursos, oficinas, palestras e seminários* para suprir tais demandas – atividades que, muitas vezes, podem ser ministradas pelas pessoas da própria equipe ou por contatos indicados por elas; no *compartilhamento de boas práticas* entre as pessoas da equipe; em atividades de *estudo em grupo* (encontros para estudo conjunto de temas que possam incrementar as práticas escolares...); etc.

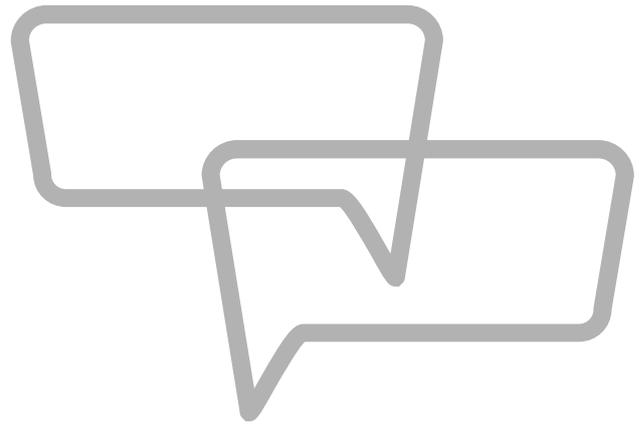
Comunicação

É essencial dar visibilidade às demandas e às sugestões de ações colaborativas, bem como às ações colaborativas que já estejam sendo desenvolvidas pela equipe escolar. Para isso, a escola deve investir na construção de ações e peças de comunicação.

Algumas possibilidades: utilizar os espaços das reuniões e dos eventos da escola para dar informes e fazer rodas de conversa que abordem a ação colaborativa da equipe escolar; publicar conteúdos sobre o tema em meios de comunicação da escola, como murais,

jornais, circulares, redes sociais (como Facebook, WhatsApp e Instagram); criar peças gráficas (como panfletos e cartazes) para tratar do tema; entre outras possibilidades.

Ações dessa natureza valorizam as boas práticas em curso e a contribuição de todos para a construção de melhorias na escola, promovem o engajamento e a corresponsabilidade em relação ao ideal do trabalho colaborativo.



3 | **PRINCÍPIO METODOLÓGICO:** PARCERIA COM AS FAMÍLIAS E AS COMUNIDADES

Apresentamos aqui uma reflexão ampliada a respeito de um dos princípios metodológicos que constitui as bases da série Cadernos de Educação Solidária: a parceria com as famílias e as comunidades. Como já dissemos, este princípio é mais um aliado do professor que esteja interessado em assumir uma postura protagonista na construção de uma ação educativa que resulte em aprendizagens efetivas e no desenvolvimento integral dos estudantes.

Se consideramos que, no percurso educacional de crianças e jovens, devemos formar cidadãos participativos, de antemão já visualizamos que isso não é possível sem que toda a rede de pessoas, famílias, grupos e instituições que permeiam a vida desses sujeitos façam parte do processo de formação. Quando visualizamos crianças e jovens em suas diferentes facetas e com variadas possibilidades de interação no mundo, conseguimos perceber que a educação não se faz somente na escola, ou em casa. Ela requer ações educativas integradas, presentes nos diversos momentos e espaços da vida, colocando os mais variados sujeitos

e ambientes para dialogar. É necessário que haja uma rede atuando em sinergia, para que todos os esforços concorram para um objetivo comum: formar pessoas na perspectiva do desenvolvimento integral.

“É preciso uma aldeia inteira para se educar uma criança”, já dizia o famoso provérbio africano. E é partindo dessa premissa que conseguimos visualizar a importante parceria que se deve estabelecer entre a família, a escola e a comunidade. A família é o núcleo vital, espaço primário de socialização, no qual os relacionamentos afetivos e sociais têm sua base; a comunidade é o território próximo do educando, onde ele constrói as relações com o mundo; a escola, o local onde, com o conhecimento, é possível dar significação ao mundo, gerando a oportunidade de que a inserção da criança neste seja cada vez mais autônoma e cidadã.

A escola, espaço que nos cabe discutir nesse momento, vê-se então com o importante papel de promover laços e caminhos com as famílias e com a comunidade. Isso é possível? Como esses laços podem ser construídos?

Parceria com as famílias

ESCOLA E FAMÍLIAS

É na família que a criança inicia seu processo educativo, sua construção identitária e o reconhecimento do outro. Esse processo tem continuidade na escola, que tem absorvido cada vez mais essa tarefa socializadora, uma vez que as crianças têm passado boa parte de seu dia nesse ambiente. Se ambas as instituições exercem tamanha influência na educação das crianças, é mais do que necessário que se relacionem com cooperação e respeito, para que o desenvolvimento dos infantes possa se dar de forma satisfatória.

A partir da metade do século 20, as relações entre escola e família sofreram mudanças: antes, a criança era entregue à escola esperando-se desta que assumisse "as rédeas" da criação. Os pais eram convocados a comparecer somente para resolver problemas disciplinares, para questões materiais e para participar de eventos. Hoje, há uma percepção de que a participação da família é essencial à garantia da educação de qualidade. Por isso, cada vez mais os familiares estão sendo convidados à corresponsabilidade no processo de formação escolar do aluno, bem como à participação em espaços coletivos de gestão da escola.

Mas como mobilizar os familiares para essa participação ativa? Esse é um grande desafio, marcado por muitos entraves. Há dificuldades de comunicação, de divisão de tarefas do que deve ser feito pela escola e do que deve ser feito pelos familiares, de entendimento

NÃO ADIANTA BUSCAR "CULPADOS"

Segundo Tânia de Freitas Resende, professora da Faculdade de Educação da UFMG, ainda que possamos considerar que a participação dos pais na vida escolar do filho reflita diretamente em seu desempenho, não podemos atribuir o insucesso somente às famílias, generalizando os casos, deixando de lado inclusive a parcela da escola no problema. A participação direta dos familiares no acompanhamento escolar faz com que o aluno veja a importância da escola, sinta-se mais seguro e feliz com os cuidados dos pais, tenda a faltar menos e apresente menos distúrbios de comportamento.

No entanto, o sucesso ou o fracasso escolar está atrelado a muitos outros fatores, não podendo ser reduzido

de papéis e uma constante culpabilização do outro: "meu filho é indisciplinado porque o professor não dá conta de colocar respeito", "esse aluno tem muitas dificuldades porque os pais e as mães não colocam limites". Além de tudo isso, diante dos problemas da escola, tanto familiares quanto professores atribuem a responsabilidade ao governo, principalmente no caso das escolas públicas. Poucos se veem como atores capazes de promover transformações e trazer soluções.

A responsabilidade por "virar esse jogo" é de todos os atores envolvidos. Mas cabe à escola o papel de articular os esforços em busca de soluções. O artigo 12 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, atribui aos estabelecimentos de ensino as incumbências de "articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola", bem como de "informar as famílias acerca da frequência, do rendimento do aluno e da execução da proposta pedagógica". E mais: "embora, como em qualquer relação, a qualidade do vínculo entre escola e família dependa sempre de ambas as partes, considera-se caber à escola a iniciativa de promover a aproximação com as famílias e espera-se dos profissionais escolares a proposição de estratégias de interação, a mediação de conflitos, a criação de processos colaborativos".⁹

Por onde começar a construção dessas estratégias?

à participação das famílias. É preciso, segundo a autora, "superar essa visão e empreender um diálogo de fato, o que exige abertura para compreender a realidade de diferentes grupos familiares, seus valores, projetos e necessidades".¹⁰

Então, não adianta buscar culpados, nem ter uma visão reducionista da situação. É necessário se abrir para o diálogo e tentar compreender quem são os familiares que tanto desejamos ter dentro da escola, onde estão, como vivem, o que pensam. Somente pela via de uma relação direta, honesta e justa será possível construir caminhos.

9 RESENDE, Tânia de Freitas. "Coragem para a luta": desafios e potencialidades da relação escola-famílias. *Cadernos Cenpec*, São Paulo, v. 4, n. 6: Escola, família e comunidade, p. 75-85, 2009. p. 77.

10 RESENDE, Tânia de Freitas. "Coragem para a luta": desafios e potencialidades da relação escola-famílias. *Cadernos Cenpec*, São Paulo, v. 4, n. 6: Escola, família e comunidade, p. 75-85, 2009. p. 78.

QUEM SÃO AS FAMÍLIAS?

Nos últimos tempos, temos nos deparado com famílias de variados tipos, com configurações diversas: famílias monoparentais, famílias alicerçadas num dos avós, pares homossexuais. Há famílias que têm uma boa convivência, outras são palco de muitos conflitos e desavenças. As relações variam de acordo com o território que ocupam e como circulam nele, com os níveis socioeconômicos e fatores culturais.

É difícil para muitos aceitar que não existe uma configuração familiar ideal, mas sim formações diferenciadas cujas características dependem do contexto histórico e social, da herança, da fase de vida e flexibilidade de seus membros. Ainda que não seja perfeita, a família é fundamental para a maioria das pessoas. Profissionais que trabalham diretamente com famílias precisam se livrar de um modelo idealizado ao qual comparam as famílias "reais", e se abrir ao grupo com o qual se deparam, sem julgá-lo."

Dessa forma, um importante ponto de atenção para as escolas e professores é não atribuir aos novos modelos familiares o estigma de uma dita "desestruturação

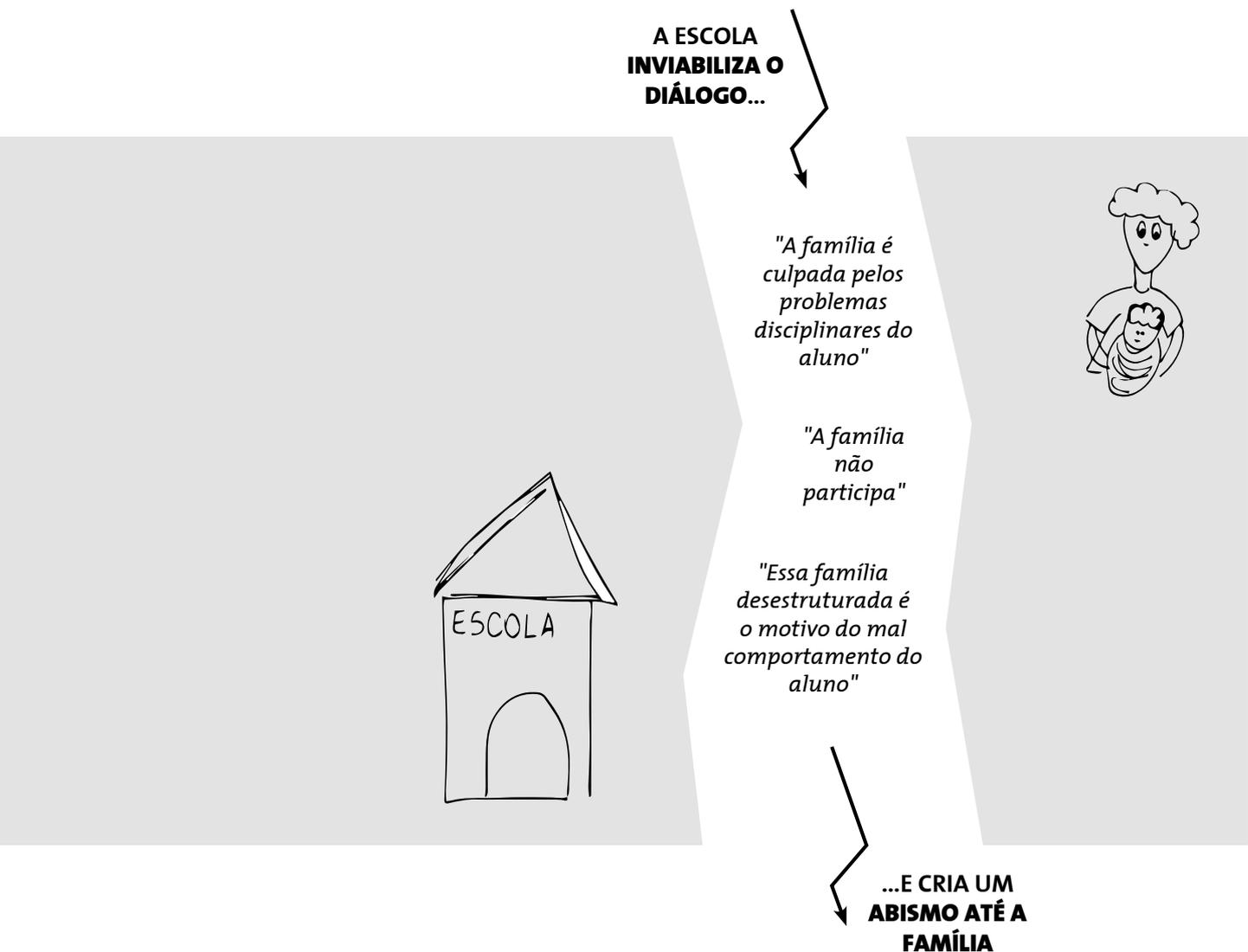
familiar". Vivemos momentos de profundas transformações, nos quais as famílias têm deixado de ser patriarcais, assumindo relações mais horizontalizadas, com maior autonomia dos sujeitos, maior número de separações entre pais e novos casamentos, arranjos familiares diversos – relações que se estabelecem sobre uma configuração familiar diferente do que tínhamos há algumas décadas, e que resultam em posturas diferentes por parte de seus membros.

A mudança não se encontra somente no âmbito das famílias. Há, de forma geral, uma ressignificação do conceito de autoridade em virtude da ênfase nos direitos individuais, o que exige da escola, num aspecto mais amplo, uma nova leitura da realidade e uma nova postura em relação ao trato com a disciplina. Não é mais possível recorrer aos antigos instrumentos baseados no medo e na postura autoritária, sem diálogo.

Além de conhecer os arranjos familiares de seu grupo, as escolas deverão estar abertas ao modo como as relações entre os indivíduos se dão atualmente. Sempre com uma postura de acolher e compreender, nunca com uma postura inflexível, que inviabilize a construção de caminhos comuns.

FERRAMENTA METODOLÓGICA | Práticas de diálogo com as famílias

Não pretendemos neste caderno trazer soluções prontas que favoreçam a relação escola-família. Nosso objetivo é orientar reflexões e dar indicações para que o corpo escolar possa construir seus caminhos, baseado em sua realidade, suas demandas e no perfil de seus alunos e familiares. Ao final, trazemos algumas experiências interessantes que podem inspirá-los.



As práticas acima são exemplos de abordagens que impedem o diálogo entre a escola e a família. A seguir, apresentamos outros caminhos, que fomentam e fortalecem a relação entre uma e outra.

CONSTRUIR DIAGNÓSTICOS E REFLEXÕES SOBRE AS FAMÍLIAS

A escola precisa ter um bom diagnóstico das condições socioeconômicas, culturais e dos modos de vida das famílias de seus alunos. A situação socioeconômica pode ser verificada nas próprias informações colhidas na matrícula dos alunos. Já para entender o perfil das famílias de forma ampliada, é preciso que a equipe escolar esteja em diálogo permanente com os familiares. Nos espaços de reuniões de equipe, as percepções de toda a equipe sobre as situações das famílias devem ser compartilhadas. Além disso, a escola pode lançar mão de instrumentos como entrevistas e questionários para o levantamento de informações.

É preciso que a equipe escolar se dedique a refletir sobre os desafios enfrentados pelas famílias para assegurar o acesso de suas crianças à escola. É necessária, ainda, uma permanente atenção à diversidade de valores, modos de relacionamento e projetos das famílias, que têm condições socioeconômicas e culturais diversas. Se a escola tiver a sensibilidade para perceber e compreender todo esse contexto complexo, poderá agir de forma a atender com mais assertividade os anseios das mães, pais e/ou outros familiares responsáveis pela criação das crianças e dos adolescentes.

PRODUZIR INFORMAÇÃO CLARA E ACESSÍVEL SOBRE A RELAÇÃO FAMÍLIA / ESCOLA

A escola deve deixar claro como atua em seu projeto pedagógico, quais os canais para que os familiares acessem professores e diretoria, que papel a escola espera ser desempenhado pelas famílias. Também é importante que os familiares conheçam melhor a escola, os limites nas relações, o que deve ser responsabilidade de um e de outro. Fazer-se entender também é um caminho viável para o diálogo.

PROMOVER ESCUTA E DIÁLOGO EFETIVOS

É preciso questionar-se: os familiares têm espaço para falar do que eles realmente querem? Estamos abertos a formas não-escolares de relação com as famílias? Em que medida a escola está envolvida nas questões locais, da comunidade? Importante compreender o desejo e a expectativa dos familiares e, a partir daí, avaliar o que a escola tem ou não condições de oferecer. Mais uma vez: escutar antes de agir!

PROMOVER OPORTUNIDADES DE APRENDIZAGEM PARA AS FAMÍLIAS

A escola também pode ser um espaço de aprendizado para os familiares. Eles não precisam somente atuar ajudando no aprendizado de suas crianças, mas podem ver na própria escola esse ambiente voltado para si próprios. Pais, mães e outros familiares ganhariam muito se soubessem mais sobre o processo de desenvolvimento de suas crianças de acordo com cada faixa etária, podendo colaborar diretamente. Esse é um tipo de informação que a escola poderia proporcionar às famílias, discutindo caminhos de parceria para um desenvolvimento cada vez mais pleno.

POSSIBILITAR QUE A PARTICIPAÇÃO SEJA ACESSÍVEL A TODOS

É preciso ter em mente que muitas vezes os familiares, principalmente aqueles de baixa renda, sentem-se desencorajados a participar da escola pelas diferenças sociais que os separam dos professores. Pode ocorrer também que eles não se sintam preparados intelectualmente para apoiar o processo de aprendizado de suas crianças, em decorrência do seu próprio insucesso escolar, o que pode ocorrer, por exemplo, com mães e pais de filhos em idades mais avançadas. Se, a partir de uma escuta franca dos familiares, esse comportamento for constatado na sua escola, busque criar ações para romper com as diferenças sociais e criar possibilidades de participação para além do acompanhamento do desempenho nas disciplinas. São exemplos de ações nessa linha: rodas de conversa, momentos lúdicos, encontros em que todos os familiares possam ensinar algo às crianças e aos adolescentes (incluindo práticas como plantio de hortas, fazeres artesanais, atividades da cultura popular, etc.).

FOMENTAR DIVERSAS POSSIBILIDADES DE PARTICIPAÇÃO

Ampliar a relação com a família vai muito além de aumentar o número de reuniões ou de eventos. Os familiares podem estar presentes na escola em variados espaços e momentos: em reuniões pedagógicas, na realização de melhorias físicas e na promoção de atividades que enriqueçam as vivências educativas (como já dissemos, promovendo ou atuando em oficinas, atividades lúdicas e culturais, por exemplo), ou participando de reuniões voltadas à tomada de decisões sobre a vida escolar, entre outras possibilidades. Em relação aos processos decisórios, os pais podem ter assento em conselhos escolares, com a oportunidade de discutir com outros representantes de professores, gestores e alunos, os rumos da escola. O caminho passa pela disponibilidade da escola para mudanças em suas práticas, criando canais que de fato ofereçam espaço para os familiares.

EXPERIÊNCIAS INTERESSANTES

Programa dos Professores Visitadores (Taboão da Serra/SP): professores visitam as famílias fora do horário escolar para identificar as raízes das dificuldades de aprendizagem dos alunos, buscar maior parceria dos familiares no processo de desenvolvimento educacional das crianças, esclarecer as mães e os pais sobre a metodologia de ensino adotada pela escola, compreender melhor as condições de vida da família e ajustar as metodologias educacionais a essa realidade.¹² Para mais informações, acesse <<https://goo.gl/EKodZm>>.

Projeto de aproximação das famílias desenvolvido pelo Serviço de Tecnologia Alternativa Serta (Pernambuco): famílias de meios rurais foram convidadas a levarem à escola o conhecimento ligado à sua rotina doméstica e ao trabalho no campo, para que esse conhecimento pudesse ser complementado com o saber científico da instituição.¹³ Saiba mais em <<https://goo.gl/HgMDr1>>.

Programa Escola da Família, da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo: abertura das escolas públicas estaduais aos finais de semana, oferecendo às famílias atividades voltadas ao esporte, à cultura, à saúde, ao mundo do trabalho e ao festejo.¹⁴ Descubra mais detalhes acessando <<https://goo.gl/aWJAKJ>>.

- 12 GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. Com os professores visitadores, a escola vai à família. *Cadernos Cenpec*, São Paulo, v. 4, n. 6, p. 56-58, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/EKodZm>>. Acesso em: 19 jul. 2018.
- 13 MOURA, Abdalaziz de. Que relações de cooperação são possíveis entre a família e a escola? *Cadernos Cenpec*, São Paulo, v. 4, n. 6, p. 70-73, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/HgMDr1>>. Acesso em: 19 jul. 2018.
- 14 NICCOLINI, Otoniel; ZELMANOVITS, Maria Cristina. Quando as escolas se abrem. *Cadernos Cenpec*, São Paulo, v. 4, n. 6, p. 108-110, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/aWJAKJ>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

Escola e comunidade

O conhecimento oferecido pela escola deveria possibilitar aos jovens compreender o mundo e atribuir-lhe um sentido, mas isso só acontecerá quando a escola se abrir, atravessar seus muros e fizer um movimento para conhecer a comunidade que existe ao seu redor.¹⁵

Estamos cercados por diversos grupos dos quais fazemos parte – igreja, trabalho, moradores do bairro, escola, amigos da pracinha. A comunidade é nosso espaço de tecer relações sociais diversas, conviver com diferentes cenários. Cada um dos grupos dos quais participamos nos permite uma experiência diferente, a partir de relações próprias. Quanto mais experiências o indivíduo tiver, mais rico será seu repertório de significados do mundo, modos de ser, fazer e agir.

Por outro lado, vemos nos dias de hoje uma cultura do individualismo, do medo e da insegurança, que tem nos afastado das pessoas, da vida social. Faltam às relações a confiança, a solidariedade e o respeito. Como vencer esses obstáculos e permitir que uma ampla socialização se dê, garantindo uma formação mais completa aos alunos? Quando a escola alimenta o medo e não

enxerga seu papel central na construção de um território e de uma sociedade melhores, ela fecha as portas para a comunidade. Ao contrário, quando a escola considera que pode atuar na formação dos cidadãos daquela localidade, que pode estabelecer conexões sadias com as famílias, líderes comunitários, equipamentos públicos (postos de saúde, hospitais, outras escolas) e instituições que atuam na comunidade, a escola vislumbra a possibilidade de somar forças e transformar o ambiente.

Agindo dessa forma, a escola percebe que o que está em jogo vai muito além da ideia de educação como transmissão de conhecimentos formais. É necessário que os conteúdos das disciplinas dialoguem com as situações da vida, sejam espaços de construção de conhecimentos relacionados à convivência comunitária. A escola tem que trazer a vida para dentro dela. “A escola meramente informativa não é suficiente para aparelhar seus alunos e alunas para a atitude crítica de inteligência, para julgar, discernir, ser consciente do que acontece sem perder sua individualidade”.¹⁶ Necessário se faz orientar a educação para a formação do cidadão e isso requer uma relação estreita entre escola e comunidade.

CIDADE EDUCADORA E ESCOLA CIDADÃ

Em 1990, várias cidades assinaram a Carta das Cidades Educadoras, também conhecida como Carta de Barcelona. O documento listou uma série de princípios básicos que caracterizam uma cidade educadora, dentre eles o de tornar os recursos da cidade e do entorno das escolas recursos de aprendizagem, promoção e garantia de direitos.

A ideia é que a educação não esteja restrita à escola e ao corpo escolar, mas se estenda a todos da comunidade, agora vistos tanto como aprendizes quanto como educadores. O espaço e o tempo nas comunidades também são considerados agentes educadores. Espontaneamente, a cidade já oferece conhecimentos e experiências aos alunos. Mas a cidade educadora é aquela que assume intencionalmente a formação para e pela cidadania. Quando uma cidade educadora pensa sobre seu planejamento urbano, sobre a participação das pessoas na gestão pública, no processo decisório, sobre a ocupação dos espaços e dos

equipamentos públicos, o meio ambiente, as ofertas culturais, recreativas e tecnológicas, ela elabora tudo isso em seu aspecto educativo, garantindo a todos o acesso a seu usufruto e à participação.

Para pensar numa educação ligada à cidadania, necessário se faz definir o que é cidadania. A cidadania implica na consciência de direitos e deveres, no exercício da democracia, mas também “na mobilização da sociedade para a conquista de novos direitos e na participação direta da população na gestão da vida pública. [...] Na cidade que educa, todos os seus habitantes usufruem das mesmas oportunidades de formação, desenvolvimento pessoal e de entretenimento que ela oferece”.

Mas essas garantias não deveriam ser pensadas pelo poder público, pelos gestores das cidades? Qual o papel da escola nisso?

15 GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. Com os professores visitantes, a escola vai à família. *Cadernos Cenpec*, São Paulo, v. 4, n. 6, p. 56-58, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/EKodZm>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

16 ARAÚJO, Ulisses F.; KLEIN, Ana Maria. Escola e comunidade, juntas, para uma cidadania integral. *Cadernos Cenpec*, São Paulo, v. 1, n. 2: Educação integral, p. 119-125, 2006.

A escola atua diretamente com a formação de crianças e jovens, tem um acesso direto a todas as famílias de uma comunidade. Já dissemos nesse caderno que mesmo os pais podem ser aprendizes dentro da escola, ou seja, ela tem um papel importante de orientar, levar conhecimentos e proporcionar desenvolvimento cidadão também às famílias. Pois bem: a escola é o local ideal para se criar condições que viabilizem a cidadania. É por ela que as informações podem circular, que as discussões podem acontecer, que uma nova cultura de compreensão e participação na cidade pode se formar.

A escola é o lugar por excelência de construção do senso crítico por meio da exposição livre de ideias, da reflexão saudável sobre vários pontos de vista. É também nela que alunos, professores, gestores, funcionários e pais podem aprender a respeitar e dialogar com as diferenças, construindo juntos. Quando a escola amplia seus horizontes para além dos muros, ela vislumbra toda a sociedade. Ela enxerga todo o corpo escolar inserido nessa sociedade, usufruindo de suas benesses e vivenciando seus problemas – e, ainda mais, podendo intervir para transformar esses problemas. A escola cidadã deve possibilitar à criança, ao jovem e ao adulto oportunidades de entender a sociedade e de participar das decisões que afetam os locais onde vivem, sendo protagonistas do desenvolvimento local. A educação passa a se voltar também

para olhar e descobrir a cidade, ocupar e transitar pela cidade, ampliando o acesso dos alunos e suas experiências socioculturais.

Tomando por referência discussões como estas, acreditamos que estudar formas de ampliação dos espaços educativos, rompendo os limites físicos dos muros escolares, pode ser um bom caminho para uma educação em valores éticos e democráticos, que visam a cidadania. Reforçar a importância da articulação entre sujeito e cultura/sociedade na construção da cidadania e de relações mais justas e solidárias no seio da comunidade onde cada um vive, pode indicar possibilidades para o desenvolvimento de ações educativas que levem a uma reorganização da escola na forma em que está estruturada, tanto do ponto de vista físico quanto pedagógico.¹⁷

Nessa relação com a comunidade, a escola assume um importante papel de orientadora e organizadora de propostas. A escola cidadã deve pensar os saberes formais contextualizados na comunidade e os da comunidade contextualizados na escola; deve conhecer a comunidade e potencializar suas riquezas.

FERRAMENTA METODOLÓGICA | Práticas de diálogo com a comunidade

Por onde começar? Primeiro, é preciso compreender a importância da relação entre escola e comunidade, por tudo que já falamos até aqui. As ações podem começar de forma simples, em sala de aula, num direcionamento diferenciado dado em alguma disciplina, e podem chegar a grandes projetos, que envolvam a escola toda. Tudo dependerá do quanto professores e gestores estejam sensibilizados e mobilizados para isso.

Importante conhecer a comunidade na qual a escola está inserida. Trata-se de uma comunidade rural ou urbana? São povos tradicionais, como quilombolas ou indígenas? Há equipamentos de lazer, festas típicas? Há deficiências, problemas graves, está inserida em

ambiente hostil, há violência, tráfico de drogas? É uma comunidade de baixa renda? Há instituições públicas ou da sociedade atuando nela (hospitais, outras escolas, associação de bairro, ONGs, empresas)?

Abrir canais de escuta com os estudantes e seus familiares é também uma forma de estar sempre atento ao que se passa na comunidade. A partir disso, cada professor, e também a escola como um todo, pode direcionar suas ações com vistas a dialogar com as características, anseios, expectativas, problemas e potencialidades de sua comunidade. Abaixo, listamos algumas ideias que podem servir como inspiração. Repetimos: é muito importante que você crie a partir da realidade em que vive.

17 ARAÚJO, Ulisses F.; KLEIN, Ana Maria. Escola e comunidade, juntas, para uma cidadania integral. *Cadernos Cenpec*, São Paulo, v. 1, n. 2: Educação integral, p. 119-125, 2006. p. 274.

AÇÕES EM REDE

Mapear a rede de instituições, grupos, movimentos e comunidades do entorno do território escolar e pedir que cada entidade faça uma sugestão de atividade que pode realizar na escola, visando favorecer o percurso educacional dos alunos. Uma vez levantadas as ideias, empreender esforços para que as atividades se concretizem.

AÇÕES PRÓ-CIDADANIA

Trazer para dentro da escola debates, reuniões, votações, campanhas sobre qualquer questão coletiva que seja relevante para a comunidade escolar.

AÇÕES CULTURAIS

Valorizar a história e a cultura local, nas disciplinas ou em grandes projetos, considerando a cultura dos estudantes, de suas famílias e das comunidades em que vivem. Nesse sentido, pode-se promover a participação ativa dos estudantes na programação de festas tradicionais ou manifestações culturais, por exemplo.

AÇÕES DE ENSINO NAS DISCIPLINAS

Relacionar vivências e conhecimentos da comunidade nos conteúdos das disciplinas.

AÇÕES DE DIVULGAÇÃO DA AGENDA DA CIDADE

Divulgar as ofertas da cidade – festas, filmes, museus, debates – e oferecer informações sobre o que será tratado, em sala de aula ou fora dela, em cartazes e outros veículos de comunicação na escola. O estudante pode ser inclusive o comunicador responsável, pesquisando e organizando essas informações.

AÇÕES EM ESPAÇOS COMUNITÁRIOS

Utilizar outros espaços da comunidade (espaços comunitários, ONGs, biblioteca, praças, equipamentos de saúde) para fazer reuniões, dar aulas diferentes, próximas ao contexto estudado, para estimular os alunos a conhecer outros espaços e novos arranjos sociais.

AÇÕES EM PARCERIA COM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Realizar parcerias com escolas técnicas e de nível superior da cidade, promovendo o diálogo dos professores e alunos dessas instituições com os alunos da escola, trazendo especialistas para pensar projetos em conjunto.

EXPERIÊNCIAS INTERESSANTES

As coisas boas da minha terra (São Paulo): realizado pelo Programa EducaRede, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, o projeto envolveu 194 escolas em setenta municípios paulistas e teve como tema contar o que havia de bom no município em que vivem.¹⁸ Leia mais sobre o assunto: <<https://goo.gl/yrF1z5>>.

Um pacto pela educação (Lagoa Santa/MG): ação empreendedora de jovens da cidade de Lagoa Santa (MG), que realizaram o “Arrastão Cívico”, que pretendia localizar crianças fora da escola e fazer suas matrículas. O trabalho foi divulgado pela mídia estadual

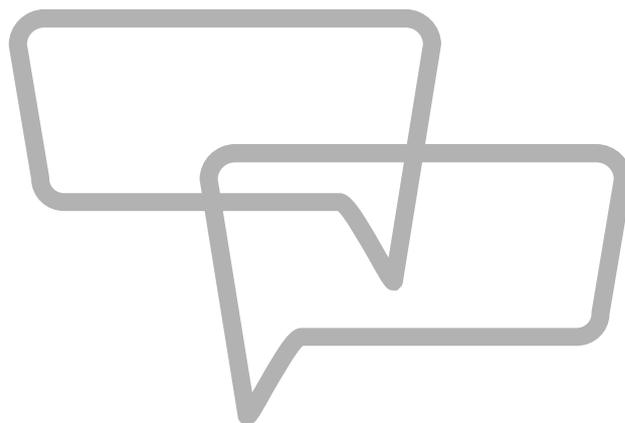
e nacional, fato que contou com o apoio do Unicef e motivou a criação de uma ONG intitulada Pacto de Lagoa Santa pela Educação.¹⁹ Mais informações em <<https://goo.gl/6FqCmd>>.

Cidade Escola Aprendiz (São Paulo): ONG que transforma as ruas do bairro em espaço de aprendizagem. Trabalham com o conceito de bairro-escola, que consiste em “transformar toda a comunidade em uma extensão da escola: os teatros, os museus, os hospitais, os voluntários, as praças, os parques”.²⁰ Acesse e saiba mais: <<https://goo.gl/Er56M7>>.

18 LOTITO, Márcia Padilha; CARVALHO, Jaciara de Sá; LANALICE, Alice. “As coisas boas da minha terra” na rede mundial de computadores. *Cadernos Cenpec*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 129-131, 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/yrF1z5>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

19 MARCELO, Eloi. Um pacto pela Educação. *Cadernos Cenpec*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 129-131, 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/6FqCmd>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

20 Cidade Escola Aprendiz. Apresenta informações e notícias sobre a organização. Disponível em: <<https://goo.gl/Er56M7>>. Acesso em: 19 jul. 2018.



4 | **ATIVIDADE SUGERIDA**

| SENSIBILIZAÇÃO DA EQUIPE ESCOLAR PARA A COLABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PROPOSTA ANUAL DE ATIVIDADES DE DIÁLOGO COM AS FAMÍLIAS E A COMUNIDADE

Neste volume, sugerimos que você, em parceria com a direção escolar e com os demais professores multiplicadores de Metodologias para a Aprendizagem Ativa de sua escola, proponha uma reunião de equipe voltada ao tema da atuação colaborativa.

Tente fazer um levantamento de aspectos a serem aprimorados na escola, dos quais podem ser escolhidos alguns para a elaboração de planos de ação. Estimule que isso seja apresentado pelos gestores em reunião de equipe e colocado em debate com todo o corpo escolar.

Na ocasião, aproveite também para, juntamente com seus colegas multiplicadores, sensibilizar todos os presentes para os temas trabalhados neste caderno: equipe escolar colaborativa e parceria com as famílias e comunidades.

Apresente as possibilidades de colaboração que podem ser construídas, abordadas no item **“Estratégias para a construção de uma cultura de colaboração entre a equipe escolar”**. Pautar ainda a construção de uma proposta anual de atividades voltadas ao diálogo com as famílias e a comunidade, estimulando que

este diálogo seja uma prática sistemática e efetiva na escola. Para isso, exponha as ações sugeridas nos itens “Práticas de diálogo com as famílias” e “Práticas de diálogo com a comunidade” deste caderno.

A partir dessa exposição, reforce a importância desses aspectos para a efetividade e organicidade do trabalho de formação educacional dos estudantes e tente mobilizar a equipe escolar para as seguintes questões.

1 | Equipe escolar colaborativa

Proponha a realização de ao menos duas das ações que estão indicadas:

- ✓ Gestão democrática e definição clara de papéis da equipe (construção do organograma da escola, com o registro da função e dos objetivos de trabalho de cada uma das instâncias que constituem a estrutura de gestão e funcionamento da escola;

estruturação – ou reestruturação – do Conselho Escolar).

- ✓ Práticas colaborativas: Momentos de planejamento e avaliação em conjunto; Diagnóstico e desenvolvimento de soluções para os problemas do cotidiano; Docência em conjunto; Ações formativas; Comunicação.

2 | Atividades de diálogo com a família e a comunidade

Reitere a importância da construção de uma proposta anual de atividades voltadas ao diálogo com as famílias e a comunidade, contemplando ações durante todo o ano. Para cada um desses públicos, esse planejamento deverá conter, ao menos, três tipos de prática, a saber:

- ✓ Práticas de diálogo com as famílias:
 - Construir diagnósticos e reflexões sobre as famílias;
 - produzir informação clara e acessível sobre a relação família / escola;
 - promover escuta e diálogo efetivos;
 - possibilitar que a participação seja acessível a todos;
 - fomentar diversas possibilidades de participação.
- ✓ Práticas de diálogo com a comunidade:
 - Ações em rede;
 - ações pró-cidadania;
 - ações culturais;
 - ações de ensino nas disciplinas;
 - ações de divulgação da agenda da cidade;
 - ações em espaços comunitários;

- ações em parceria com outras instituições de ensino.

Para essas duas frentes de atuação (equipe escolar colaborativa e práticas de diálogo com as famílias e comunidade), a ideia é que vocês produzam, juntos, um plano de ação detalhado, que defina o que será realizado, quando, e quais serão as pessoas responsáveis. Para isso, sugerimos que utilizem o modelo de Plano de Ação, em anexo.

É possível, inclusive, que essas sugestões dialoguem com os aspectos a serem aprimorados na escola já levantados pela gestão. Por isso, neste módulo é fundamental o diálogo com esses atores e a convergência das temáticas que estão sendo trabalhadas em ambas as formações (Gestão Escolar e Metodologias para a Aprendizagem Ativa).

Sugerimos, por fim, que o plano seja criado numa cartolina ou num papel *kraft* grande e colado na sala de professores ou outro espaço acessível a toda a equipe escolar, de modo que as ações propostas e seu status de execução possam ser acompanhados por todos.

5 | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Ulisses F.; KLEIN, Ana Maria. Escola e comunidade, juntas, para uma cidadania integral. **Cadernos Cenpec**, São Paulo, v. 1, n. 2: Educação integral, p. 119-125, 2006.

ÁVILA DE LIMA, Jorge; FIALHO, Adolfo. Colaboração entre professores e percepções da eficácia da escola e da dificuldade do trabalho docente. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, Coimbra, v. 49, n. 2, p. 27-53, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/P4PUf6>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

CARRILHO, Maria Rosária Ferreira da Silva. **Trabalho colaborativo entre professores e inovação educacional**: contribuições da investigação. 2011. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação – Inovação e Mudança Educacional) – Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Viana do Castelo, 2011.

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO COMUNITÁRIA – CENPEC. **ONG: espaço de convivência**. 2. ed. São Paulo: Cenpec, 2001. (Educação e Participação). Disponível em: <<https://goo.gl/8Yhj9b>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO COMUNITÁRIA – CENPEC. **ONG: parceria da família**. 2. ed. São Paulo: Cenpec, 2001. (Educação e Participação). Disponível em: <<https://goo.gl/iTPgEy>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. **Glossário de Educação Integral**. [s.d.]. Disponível em: <<https://goo.gl/mqmyCN>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

Cidade Escola Aprendiz. Apresenta informações e notícias sobre a organização. Disponível em: <<https://goo.gl/Er56M7>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

DAMIANI, Magda Floriana. Entendendo o trabalho colaborativo em educação e revelando seus benefícios. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 31, p. 213-230, 2008.

DIMENSTEIN, Gilberto. A educação além dos muros da escola (relatório do grupo temático Educação integral e território: conjugação de espaços, tempos e conteúdos). In: COLÓQUIO EDUCAÇÃO INTEGRAL DO PRÊMIO ITAÚ UNICEF, 1., jun. 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Cenpec, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. A escola na cidade que educa. **Cadernos Cenpec**, São Paulo, v. 1, n. 1: Educação e cidade, p. 133-139, 2006.

GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. Com os professores visitantes, a escola vai à família. **Cadernos Cenpec**, São Paulo, v. 4, n. 6, p. 56-58, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/EKodZm>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

LOTITO, Márcia Padilha; CARVALHO, Jaciara de Sá; LANALICE, Alice. “As coisas boas da minha terra” na rede mundial de computadores. **Cadernos Cenpec**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 129-131, 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/yF1z5>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

MARCELO, Eloi. Um pacto pela Educação. **Cadernos Cenpec**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 129-131, 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/6FqCmd>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

MOURA, Abdalaziz de. Que relações de cooperação são possíveis entre a família e a escola? **Cadernos Cenpec**, São Paulo, v. 4, n. 6, p. 70-73, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/H9MDr1>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

NICCOLINI, Otoniel; ZELMANOVITS, Maria Cristina. Quando as escolas se abrem. **Cadernos Cenpec**, São Paulo, v. 4, n. 6, p. 108-110, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/aWJAKJ>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

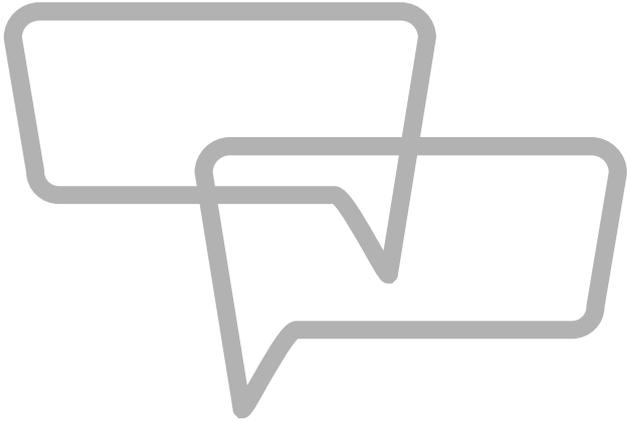
NORWICH, Brahm; DANIELS, Harry. Teacher support Teams for special educational needs in primary schools: evaluating a teacher-focused support scheme. **Educational Studies**, v. 23, n. 1, p. 5-24, 1997.

RESENDE, Tânia de Freitas. "Coragem para a luta": desafios e potencialidades da relação escola-famílias. **Cadernos Cenpec**, São Paulo, v. 4, n. 6: Escola, família e comunidade, p. 75-85, 2009.

RICO, Rosi. O valor da equipe escolar. **Nova Escola**, 1º dez. 2014. (Gestão Escolar). Disponível em: <<https://goo.gl/1xpseY>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. Colegiado escolar. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/bqykuS>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

SOUZA, Rafaela de Oliveira. O sistema de organização e gestão da escola pública. **Revista Gestão Universitária**, Vila Velha, n. 309, out. 2012. Não paginado. Disponível em: <<https://goo.gl/ocqU5t>>. Acesso em: 12 jul. 2018.



6 | **ANEXO**

ANEXO 1: MODELO DE PLANO DE AÇÃO

Nome da escola:

Proposta do Plano: () Ações colaborativas envolvendo a equipe () Engajamento das famílias () Engajamento da Comunidade

() Outra (especificar):

Responsáveis pelo plano (pessoas que mobilizarão os colegas para que as ações propostas “saíam do papel”):

AÇÃO A SER REALIZADA	QUEM QUEREMOS MOBILIZAR?	TAREFAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	RESPONSÁVEIS PELAS TAREFAS	PRAZO DAS TAREFAS	STATUS DAS TAREFAS (A EXECUTAR, EM EXECUÇÃO OU EXECUTADA)
AÇÃO 1		1	1	1	1
		2	2	2	2
		3	3	3	3
AÇÃO 2		1	1	1	1
		2	2	2	2
		3	3	3	3
AÇÃO 3		1	1	1	1
		2	2	2	2
		3	3	3	3



IMPRESSO EM BELO HORIZONTE, EM JUNHO DE
2020, POR A CRIAÇÃO GRÁFICA.

Realização:

